



PROCESSO	1000127460/2021
INTERESSADO	CAU/SP e Diego Lima de Sousa
ASSUNTO	Exercício ilegal da profissão (PF)
RELATOR	Viviane Leão da Silva Onishi
DELIBERAÇÃO Nº 302/2022 – (CEP – CAU/SP)	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP - CAU/SP, reunida ordinariamente na Sede do CAU/SP, com possibilidade de participação de seus membros de forma virtual por meio da plataforma do Microsoft Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 95 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o Art. 21 da Resolução Nº 22/2012 que declara que “A Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF julgará à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa tempestiva ao auto de infração, sendo garantido amplo direito de defesa nas fases subsequentes do processo”;

Considerando o art. 33 da Resolução Nº 22/2012 que declara que “Quando a infração apurada constituir prova ou indício de violação da Lei de Contravenções Penais, o CAU/UF comunicará o fato à autoridade competente, sem prejuízo da aplicabilidade das penalidades previstas nesta Resolução”;

Considerando o art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, Lei das Contravenções Penais, que declara que é contravenção penal “Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício”;

Considerando o relatório e voto da conselheira Viviane Leão da Silva Onishi sobre o processo de fiscalização Nº 1000127460/2021.

DELIBERA:

1. Acatar o voto do (a) conselheiro (a) relator (a) pela Manutenção do Auto de infração, lavrado nos autos do processo Nº 1000127460/2021, com base nos Art. 7º da Lei 12.378/2010 e inciso VII do Art. 35 da Resolução Nº 22 do CAU/BR, que diz: VII - Exercício ilegal de atividade fiscalizada pelo CAU por pessoa física não habilitada (leigo); Infrator: pessoa física; Valor da multa: 4 (quatro) vezes o valor vigente da anuidade;
2. Encaminhar cópia do processo para a Assessoria Jurídica do CAU/SP para que o caso seja encaminhado ao Ministério Público;
3. Encaminhar esta deliberação à Presidência do CAU/SP (PRES-CAU/SP) para providências cabíveis.

Com 7 **votos favoráveis** dos conselheiros Fernanda Menegari Querido, Consuelo Aparecida Gonçalves Gallego, Marcelo de Oliveira Montoro, Márcia Mallet Machado de Moura, Renata Ballone, Soriedem Rodrigues, Viviane Leão da Silva Onishi.

São Paulo, 21 de novembro de 2022



Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 001/2021, que regulamentou emergencialmente as reuniões virtuais dos órgãos colegiados do CAU/SP, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

Romário Wong
Supervisor de Processos de Fiscalização